



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6675 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DE AÇÃO MULTIPROFISSIONAL ENTRE EDUCADORES/AS E PSICÓLOGOS/AS NA ESCOLA A PARTIR DA APROVAÇÃO DA LEI 13.935/2019

Elis Souza - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Fernanda Priscila Alves da Silva - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Gênero e sexualidade na educação básica: reflexões e perspectivas de ação multiprofissional entre educadores/as e psicólogos/as na escola a partir da aprovação da Lei 13.935/2019

1 INTRODUÇÃO

Este estudo visa aprofundar o debate contemporâneo a respeito da inserção da psicologia na educação conforme a Lei 13.935/2019, que garante a Psicologia e Serviço Social nas Redes Públicas de Educação básica e a relação desta inclusão com o fortalecimento de ações mais efetivas da escola relacionadas as questões de gênero e sexualidade. Consideramos que nos últimos anos se encontra em crescimento a inserção dos/as psicólogos/as nos debates, na atuação em escolas e outras instituições educacionais e na construção de políticas educacionais. Com o objetivo de problematizar a discussão nos propomos a discutir a relação histórica entre psicologia e educação, apresentando possibilidades e perspectivas desta atuação, a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória. Consideramos crucial pensar esta relação tendo como referência o pensamento de Martín- Baró e Paulo Freire.

Na educação básica as partilhas de vida de crianças e jovens são narrativas constantes, inevitáveis e fazem parte da dinâmica cotidiana da escola. Antes, durante e após as aulas, estes relatos ocorrem de forma espontânea, muitas vezes como desabafos, dúvidas, ou até denúncias de violências sofridas nas famílias, na escola ou na comunidade, e na maioria das vezes temas muito relacionados a questões de gênero, raça, classe e orientação sexual. Estes gritos, podem ser considerados atitudes diárias de subversão “do silenciamento” dos corpos presente na escola, também denominada como “moral racional das instituições escolares” (LOURO, 2014, p.151) que, a partir de uma lógica homogeneizadora, ocidental e colonial de construção do conhecimento, tenta excluir dos corpos presentes neste espaço qualquer tipo de discurso ou expressão que não seja considerada “racional”, assim tentam ocultar qualquer demonstração que revele elementos da subjetividade dos sujeitos ali presentes.

Assim, este artigo nasce também, da escuta destes gritos/desabafos destes estudantes

na escola, por vezes ignorados, mas que geram grandes impactos no cotidiano escolar, questionam a estrutura e subvertem a organização desse espaço. Partindo dessa perspectiva dialógica, a intelectual bell hooks sugere uma outra perspectiva pedagógica para o tratamento e escuta destas partilhas, categorizada por ela como “Pedagogia crítica de libertação” ressaltando que esta: “abraça a experiência de vida, as confissões e os testemunhos como modos de conhecimento válidos” (HOOKS, 2013, p.120). Principalmente no que se refere ao trato com o campo do gênero e da sexualidade, que ainda demonstram ser grandes tabus a serem enfrentados na vida em sociedade, na família, e principalmente na escola.

A partir deste arcabouço teórico entendemos que a atuação da psicologia no espaço escolar formal e não-formal buscam compreender o fenômeno educacional como produto das relações que se estabelecem no interior da escola, ou seja, consideramos que a escola é atravessada por políticas educacionais, história local e referência educacional (SILVA, 2010). Nesta perspectiva, a atuação da psicologia no espaço escolar ultrapassa os limites da intervenção psicológica individualizada e clínica, mas sim problematiza e discute as questões que são, de alguma maneira, referentes à psicologia enquanto campo de atuação e de conhecimento.

2.PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: UMA MIRADA DESDE A PERSPECTIVA DA LIBERTAÇÃO

Em dezembro do ano de 2019 foi sancionada a Lei 13.935/19 que torna obrigatória nas unidades escolares os serviços de psicologia e serviço social, como constitutivas de uma equipe multidisciplinar para atender as principais necessidades da escola. É importante ressaltar que essa lei é resultado de muita luta de educadores/as, psicólogos/as, assistentes sociais e movimentos sociais em geral que se mobilizaram em torno dessa pauta por reconhecer a necessidade desses profissionais para as diversas demandas escolares que convergem em desafios para os/as profissionais da educação que não possuem formação inicial nem continuada para o trato de questões sociais e psicológicas específicas que fazem parte do cotidiano escolar. Inclusive muitas dessas demandas envolvem violências relacionadas a questões de gênero e sexualidade.

A interface entre Psicologia e Educação tem se consolidado historicamente como um campo em constante transformação. Preponderantemente esta relação foi e ainda tem sido em determinados contextos marcada por uma atuação que visava explicar e controlar os comportamentos das pessoas. As ciências psicológicas durante muito tempo esteve vinculada às tendências psicométricas, experimentais e tecnicista. Mesmo em 1962, quando a psicologia passou a se constitui como prática profissional mais sistematicamente presente nas escolas sua atuação esteve marcada por objetivos adaptacionistas.

Distante da realidade concreta a psicologia esteve durante muito tempo produzindo um conhecimento que tangencia os verdadeiros problemas da Educação e as experiências cotidianas das crianças e jovens neste contexto. Corroborando e tendo como referências o posicionamento a partir de uma perspectiva crítica (Machado, 2003; Marinho-Araújo, 2005; Guzzo, 2009), entendemos que a imersão no cotidiano nos permite validar a teoria na prática e o processo de reconstrução desta teoria na relação com a prática.

A partir daquilo que caracteriza o cerne da Psicologia Crítica, que é o resgate histórico a partir dos princípios materialista e a partir das ideias de Vigotski (1991), de Martín-Baró (1986) e do pensamento de Paulo Freire como referências e eco para atuação psi no contexto escola. A perspectiva crítica pode ser considerada como aquela

que rompe com o modelo hegemônico da Psicologia e se funda em uma análise política da realidade (GUZZO, 2019). A Psicologia da libertação (Martín-Baró) e a Pedagogia da libertação (Paulo Freire) evidenciam a dimensão política da educação. Algumas categorias como fatalismo, exploração e impotência denunciam o quanto a psicologia, historicamente, esteve ao lado dos dominadores.

No cenário brasileiro, Paulo Freire (1980) cunhou a ideia de conscientização entendido como compromisso histórico e que implica que as pessoas, mulheres e homens possam assumir o papel de sujeitos históricos que criam e recriam o mundo. Freire (2005) mostrou o quanto o fatalismo desempenha um papel preponderante na ideologia do oprimido. A conscientização neste processo se torna um processo pelo qual mulheres e homens ultrapassam os limites e constroem uma reflexão e atuação crítica diante da realidade.

Marilene Proença Rebello de Souza (2009) tem apontado que a psicologia e sua relação com a educação, a partir de uma leitura histórica, têm ou deve assumir uma perspectiva que seja atravessada pela criticidade. Uma corrente crítica no campo da psicologia escolar tem buscado compreender o fenômeno educacional como produto das relações que se estabelecem no interior da escola. Neste sentido, a escola é atravessada por políticas educacionais, história local e referencia educacional. Esta perspectiva crítica aponta a dimensão do compromisso político do profissional desta área. Algumas áreas surgem como emergentes neste contexto revigorando os modos de atuação nestes campos, assim, não somente a escola passa a ser locus de atuação, mas os outros espaços onde a dimensão educativa se faz presentes. Temáticas como educação inclusiva, direitos, humanos, direitos da criança e adolescente, direitos das mulheres, educação e saúde ganham corpo e vida no fazer acadêmico. Partindo das demandas sociopolíticas que convocam a ação do/a psicólogo/a verifica-se a urgência em uma formação que considere tanto a complexidade do perfil profissional quanto a inserção na realidade, a partir de uma prática comprometida.

Na psicologia, a aproximação da psicologia sócio histórica, psicologia social e comunitária tem contribuído no processo de construção de pessoas que são marcadas e atravessadas pelo contexto social e interações. Esta psicologia tem se proposto a compreender como o ser humano se põe nos fatos coletivos e sociais e como de certo modo traz para si os elementos que contribuirão para sua formação subjetiva. Assim, esta psicologia, não está ancorada em um saber que está acima, antes ela contribui como um dos saberes neste processo.

3.GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: INTERVENÇÕES MULTIPROFISSIONAIS NECESSÁRIAS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

A falta de diálogo na escola sobre sexualidade e gênero impacta em várias dimensões da vida das crianças e adolescentes, que estão para além do que os poderes públicos moralmente temem ao direcionar ações pontuais e fragmentadas em torno da prevenção da gravidez e de Infecções Sexualmente Transmissíveis e o uso de métodos contraceptivos. A naturalização da falta de abordagem destes temas na escola, limita o direito a informações importantes numa perspectiva curricular holística, como também interfere na estrutura, nas relações sociais, culturais e afetivas dentro e fora da escola, bem como na prevenção de violências e/ou mediação institucional das mesmas. O silêncio e a falta de ações direcionadas sobre essas temáticas impactam diretamente no desenvolvimento e aprendizado da vida em sociedade de crianças e jovens que estão na escola, como reforça a autora:

A sexualidade é um domínio que exige aprendizagem, entendemos aprendizado como um processo que se dá a partir de formas socialmente disponíveis para tratar a sexualidade (qualidade do debate público, qualidade da informação, natureza do conteúdo da educação sexual das escolas, acesso a serviços adequados, professores e profissionais de saúde sensibilizados e bem preparados para o atendimento as necessidades juvenis). (HEILBORN, 2006, p.408)

Segundo Foucault (1993) a sexualidade é um “*dispositivo histórico*” nesse sentido ele considera uma construção social constituída de regras e códigos específicos: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, lei, o dito e o não dito são elementos desse dispositivo” (FOUCAULT, 1993, p.244). Nesse sentido, a iniciação sexual é parte desse aprendizado, a experiência desse evento será imbuída de elementos que foram referências do modo de se relacionar principalmente extremamente carregados de expectativas de gênero.

A perspectiva moral da escola, e da família que pouco abordam, ou vetam temas relacionados a sexualidade e questões de gênero, incidem diretamente na educação sexual, assim, a maioria dos/as adolescentes crescem sem ter espaços que possibilitem conhecer o próprio corpo, desenvolver elementos que fundamentem a construção e o aprendizado da sexualidade com segurança e respeito e iniciam a vida sexual com muitas dúvidas, incertezas, preconceitos formados pelas expectativas de gênero e medos. Além disso, a gravidez na adolescência, geralmente é fruto das primeiras experiências sexuais de muitas jovens, como também são freqüentes relatos de violência sexual durante a adolescência, dados que muitas vezes acabam se concentrando apenas na instituição escolar, e não chega a outros equipamentos públicos de saúde, justiça e desenvolvimento social.

Apesar de muitos casos não serem denunciados nas delegacias, os registros oficiais segundo o [13ª Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), divulgado em setembro de 2019, registrou recorde de violência sexual. Foram 66 mil vítimas de estupro no Brasil. A maioria das vítimas (53,8%) foram meninas de até 13 anos. Nesse sentido, quatro meninas até essa idade são estupradas por hora no país. Ocorrem em média 180 estupros por dia no Brasil. E geralmente os agressores são pessoas próximas, familiares e /ou vizinhos.

Além disso, as expectativas de gênero, construídas socialmente, projetam nos meninos a iniciativa sexual, a busca por várias experiências com o maior número de mulheres possível, inclusive de acessar esta relação de forma agressiva e violenta para que sua identidade masculina seja reafirmada. Já para as meninas, mesmo após muitas conquistas associadas a “liberdade sexual”, ainda hoje é cobrada a “manutenção” ou retardamento da virgindade como troféu, bem como não “ceder” aos desejos sexuais até a construção de uma relação mais estável, inclusive atribui-se esse adiamento da vida sexual também ao “risco de gravidez”, já que a expectativa de gênero exige a mulher o “sexo para a reprodução” e para os homens o “sexo para o prazer”. Como reforça Castro (2015) na maioria dos atos sexuais, entre adolescentes heterossexuais, é esperada do homem a iniciativa e da mulher a submissão. Apesar de alguns elementos geracionais contemporâneos apresentarem uma maior iniciativa sexual feminina e a desconstrução de algumas expectativas de gênero neste aspecto.

A falta de espaços educativos que pautem a sexualidade é um elemento comum das crianças e adolescentes. Mesmo reconhecendo a escola enquanto instituição importante e privilegiada para pautar estas questões. Segundo Vieira (2006) destacam a necessidade dos espaços institucionais como escolas e postos de saúde intensificarem ações que pautem as questões de gênero, violência contra a mulher, sexualidade, Direitos Reprodutivos e Sexuais

sem moralismos, de modo que se tornem espaços de acolhida e de liberdade para adolescentes e jovens, sem desconsiderar ou considerar menos importante o diálogo e parceria com a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma conjuntura governamental em que os estudos de gênero e sexualidade são reduzidos a concepções que limitam e se baseiam em elementos moralistas como a “*ideologia de gênero*”, e além disso, se fundamenta em uma “*escola sem partido*” alterando e propondo currículos e planos de educação superficiais e pautados em uma lógica que torna evidente a falta de laicidade do estado, é importante ressaltar, que este artigo aborda a importância da parceria das duas áreas do conhecimento psicologia e educação na construção de uma escola atenta as temáticas relacionadas ao gênero, raça e à sexualidade, principalmente na proposição de ações voltadas para a mediação, e políticas institucionais de inclusão, equidade e permanência no espaço escolar, dos sujeitos que historicamente foram excluídos/as e marginalizados/as deste contexto.

A implementação da lei 13.935 representa possibilidades diversas do trato de questões historicamente negligenciadas pela escola, principalmente por também não contar com suporte institucional para realizar mediações extremamente importantes principalmente no campo da sexualidade e do gênero. Os/as profissionais da educação nos espaços escolares ainda são muito cobrados institucionalmente por resultados educacionais relacionados a aprendizagem dentro de uma concepção conteudista e que não considera as várias dimensões humanas. Com esta lei, portanto, a abertura para diálogos e ações mais holísticas e que garantam uma educação de fato emancipadora e libertadora demonstram ser mais possíveis e concretas.

REFERÊNCIAS

- Antunes, Mitsuko Aparecida Makino. **Psicologia e educação no Brasil: um olhar histórico-crítico**. Em: Meira, Marisa Eugênia Melillo & Antunes, Mitsuko Aparecida Makino. *Psicologia escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- ALMEIDA, Maria da Conceição C. **Escola e gravidez na adolescência: um estudo em três capitais brasileiras**. Projeto de tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e DA SILVA, Lorena Bernadete: **Juventudes e Sexualidade**. UNESCO: Brasília, 2015.
- DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: uma leitura crítica**. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2010, p. 362-375.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; MOREIRA, Ana Paula Gomes. **Psicólogo na Rede Pública de educação: embates dentro e fora da profissão**. Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, Vol.16. n.2. Julho/Dezembro de 2012, p. 329-338.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; RIBEIRO, Flávia de Mendonça. **Psicologia na escola: construção de um horizonte libertador para o desenvolvimento de crianças e jovens**. Estudos e pesquisa em Psicologia. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 298-312. Janeiro/Abril 2019.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M.L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva (org.): **O aprendizado da sexualidade**. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Ed, Garamond e Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

HOOKS, Bell. A teoria como prática libertadora. In: **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Cap.5, p.83-104.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.

MALUF, M. R. (2003). **Psicologia escolar: Reafirmando uma nova formação e atuação profissional**. Em O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

MARINHO-ARAÚJO, C.M. & ALMEIDA, S.F.C. **Psicologia escolar- Construção e consolidação da identidade profissional**. Campinas: Alínea, 2014.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. A. **Psicologia Escolar nas diretrizes curriculares: espaços criados, desafios instalados**. In: CAMPOS, Herculano Ricardo (org.). Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 17-48.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. (1988/2013). **Psicologia política latino-americana**. Psicologia Política, 13(28),555-573.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTÍN- BARÓ, Ignacio. **O papel do psicólogo**. Estudos de Psicologia 1996, 2(1),7-27.

MASSINI, MARINA. **Estudos históricos acerca da psicologia brasileira: uma contribuição**. In: FREITAS, R.H (org). História da Psicologia: pesquisa, formação, ensino [on line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 69-83.

MONTERO, M. (Org). **Teoría y práctica de la psicología comunitária: la tensión entre comunidade y sociedade**. Buenos Aires: Paidós, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Psicologia escolar e educacional em busca de novas perspectivas**. Revista Semestral de Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Vol. 13, número 1, Janeiro/ Julho de 2009, p.179-182.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Psicologia Escolar e políticas públicas em**

educação: desafios contemporâneos. Em Aberto, Brasília, v.23, n.83, mar.2010, p. 129-149.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude Negra na EJA: o direito à diferença.** Belo Horizonte: Maza edições. 2010

VIEIRA, LM, Saes SO, Dória AAB, Goldberg TBL. Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. **Rer. Brasil Saúde Mater Infant.**, 2006 jan-mar;6 (1):135-40.

VIGOTSKI, L.S. **El significado histórico de la crisis de la Psicología.** In: L.S.

Vigotski. Obras Escojidas, Tomo I. (pg. 257-4017). Madrid: Visor y Ministerio de Educación y Ciencia (Texto original publicado em 1927), 1991.

VIGOTSKI, Lev Semionovich Ed. Martins Fontes. **A construção do pensamento e da linguagem.** 1. ed. Ed. Martins Fontes, 2000.